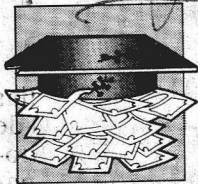


Congresso faz festa com verbas sociais

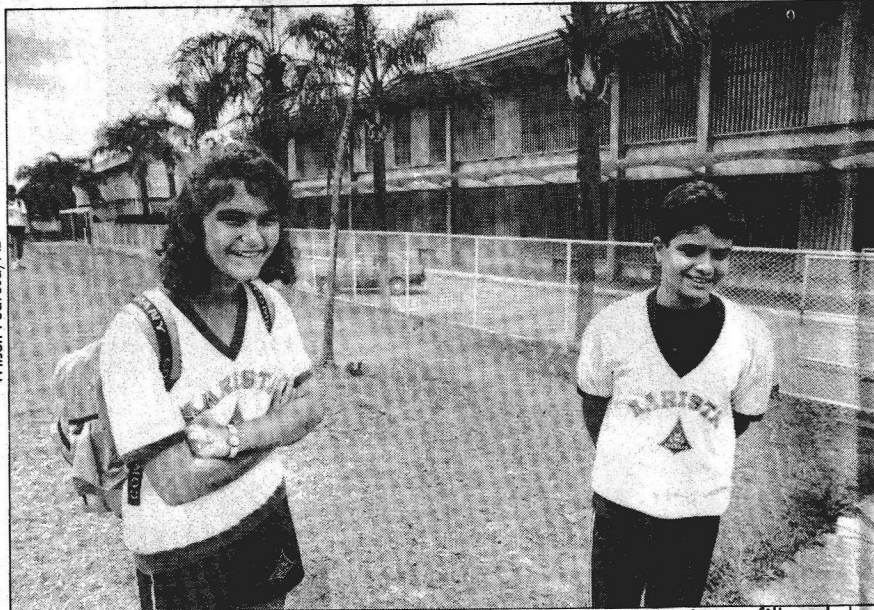


Durante três meses, a Agência Estado mobilizou seus repórteres para cumprir duas missões: conferir o verdadeiro papel das verbas federais no ensino básico e acompanhar os caminhos por elas percorridas, desde o momento em que são liberadas por Brasília até sua aplicação final. Os resultados da investigação foram alarmantes. No lugar de preparar as novas gerações, há uma estrutura produzindo clientelismo, tráfico de influências e corrupção. Isso é o que será apresentado no Jornal da Tarde até a próxima sexta-feira. Hoje, na primeira reportagem da série, o destino das verbas liberadas pelo Congresso para subvencionar a Educação.

TERESA FURTADO/AE

Os recursos do CNSS - Conselho Nacional do Serviço Social - fazem parte das subvenções destinadas à população carente. O texto da lei que deu origem ao Conselho, de 1951, no governo Vargas, concedeu aos parlamentares o direito de indicar as instituições que teriam direito a "subvenções extraordinárias", todas de caráter eventual, especial e temporário.

Com o passar dos anos, o CNSS, encarregado de selecionar os pedidos, preferiu transferir a missão para o Congresso. Dos sete integrantes do Conselho, dois representam o Congresso e participam da organização do cadastro das entidades. Cada parlamentar recebe a lista de seu Estado e escolhe a quem dar sua quota. A lei impede que as verbas sejam concedidas a instituições que distribuam "lucros ou dividendos", ou tenham finalidades apenas recreativas, esportivas ou comerciais. Até 1954, havia uma rigorosa restrição à distribuição de benefícios aos próprios membros ou proprietários e suas respectivas famílias. Mas foi revogada em 1954.



Wilson Pedrosa/AE

Os bolsistas Mariana, filha do ex-senador Marcondes Gadelha, e Fábio, filho do ex-senador Antonio Luiz Maya. No fac-símile, a carta do ex-senador confirmando verba do Ministério.

Privilégios de Brasília

Hoje, o dinheiro da "assistência social" pode ser encontrado em comitês políticos (leia abaixo) ou no pagamento de mensalidades escolares para alunos que são filhos, parentes ou amigos de congressistas. Brasília é pródiga em privilegiados. Só no ano passado, cerca de 20% dos Cr\$ 245 milhões distribuídos pelo CNSS ficaram na Capital. Desse montante, 90%, ou Cr\$ 34 milhões, foram destinados para bolsas em colégios finos. Em Brasília, foi torrado o equivalente ao enviado para o Nordeste.

Quem precisa, não tem.

A sistemática de distribuição de verbas funciona sem problemas. Através dela, são beneficiadas uma infinidade de entidades: fundações, associações, ligas, obras

sociais, uniões, institutos, escolas de línguas, associações religiosas, terreiros de umbanda, clubes de futebol, aeroclubes, sindicatos etc - todas registradas como "sem fins lucrativos". São 45 mil disputando os benefícios. Nem todas chegam lá: em 1990, apenas 4.932 foram contempladas. Algumas entidades filantrópicas acabam recebendo bem menos do que precisam - tão menos que, às vezes, sequer se dão ao trabalho de receber o dinheiro. Alguns Estados pobres tiveram as verbas cortadas pela metade: Roraima, Amapá, Maranhão e Amazonas.

Contas não fiscalizadas

O atual presidente do Conselho, Adherbal Antonio de Oliveira, no órgão há 17 anos, desanima-se com os armários abarrotados de pedidos de auxílio, e se confessa impotente para enfrentar



SENADO FEDERAL

Brasília, 13 de agosto de 1990.

Ilm^{te} Sr.
Diretor do COLÉGIO
Nesta

Senhor Diretor,

Levo ao conhecimento de V.Sa. que no Orçamento do Ministério de Educação e Cultura para o exercício de 1990, esse Colégio, foi contemplado com uma subvenção no valor de Cr\$ 44.990,00 (quarenta e quatro mil novecentos e noventa cruzeiros), destinada a bolsa de estudo em nome da aluna MARIANA DE MELO GADELHA.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V.Sa. meus protestos de estima e consideração.

Marcondes Gadelha
Senador MARCONDES GADELHA

o poder dos congressistas. "O Conselho não funciona", resume. Não funciona mesmo. Como o dinheiro é repassado diretamente do Tesouro Nacional para a Comissão Mista de Orçamento do Congresso, ele não tem como fiscalizar o registro das entidades e a aplicação dos recursos. Pior: as prestações de contas do dinheiro distribuído não têm aferição detalhada. As contas referentes a 1988, por exemplo, foram arquivadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) "com baixa na responsabilidade do administrador", que é o próprio Oliveira, que admite o descontrole.

Prêmio para o Legislativo

Outra questão que escapou ao controle do Conselho foi o processo que decide a concessão de bolsas-de-estudo. Apesar da determinação prevista na lei que diz que

"a instituição deverá relacionar os nomes dos bolsistas com os respectivos valores", não há nenhum registro. A concessão de bolsas com dinheiro do contribuinte é segredo. Adherbal não crê no fim dessa irregularidade tão cedo. "Poderia ter mudado com os militares", ele diz, "quando o Congresso não tinha força. Mas as facilidades foram mantidas como prêmio de consolação para um Legislativo submisso. Agora, quem vai tirar isso dos deputados e senadores?", pergunta-se.

Todos querem bolsa

O direito de conceder bolsas com recursos de verbas assistenciais faz parte da rotina dos parlamentares. Apenas um partido não concorda com sua mecânica: o PT, que devolve a verba a que "tem direito". No Centro Pastoral Educacional e Assistencial Dom

Carlos, de Palmas, no Paraná, por exemplo, que mantém a única faculdade do Município, o gerente-financeiro da instituição, Guilherme Cremasco, revela que recebeu verba do CNSS para três solicitantes: o ex-deputado Euclides Scalco (PSDB), o ex-deputado e ex-ministro da Saúde Borges da Silveira (PDC) e até o atual ministro da Saúde, Alcení Guerra (PFL). Cremasco não sabe o que fazer: "preciso conseguir os nomes indicados pelo Borges e pelo ministro, pois as bolsas vieram em aberto".

Troca de gentilezas

Brasília é o paraíso das bolsas-de-estudo. No Colégio Marista, um dos mais caros da cidade, havia, no ano passado, 250 bolsistas do CNSS, entre os quais os três filhos do então senador Marcondes Gadelha, (PFL-PB), os três filhos e alguns parentes do ex-senador Antonio Luis Maya (PDC-To). Hoje, senadores e deputados federais recebem cerca de Cr\$ 1,5 milhão, fora adicionais. Alguns deputados também usam os recursos para troca de gentilezas: o deputado Furtado Leite (PDS-CE) concedeu uma bolsa parcial para uma sobrinha do deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). Diante das solicitações de bolsas, a direção do colégio foi obrigada a deslocar um funcionário da administração apenas para fazer o controle dos pedidos. Cartas com o timbre do Congresso comunicando que a escola foi "contemplada com uma subvenção", costumam chegar diariamente, segundo o funcionário. Outra grande escola privada, o Ceub - Centro de Ensino Unificado de Brasília - registrou-se no CNSS como o filantrópico "Centro de Atividades Artísticas e Culturais" para receber os 1.200 bolsistas indicados pelo Congresso. O dinheiro recebido pelo Ceub, no ano passado, ultrapassa toda a verba destinada ao Amazonas.